ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

METODOLOGIAS E SUAS CONCEPÇÕES NOS DIAS ATUAIS

GILCIELHE NUNES DA SILVA

RESUMO

Nos dias atuais, questões sobre Alfabetização e Letramento têm sido discutidas no âmbito educacional. Os estudiosos tem procurado encontrar maneiras de facilitar o processo, pois, a partir da infância, a leitura é a primeira forma de contatar o mundo letrado. O governo por sua vez, chegou à conclusão de que para contribuir com a melhoria da Educação, deveria criar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Uma das ideias principais é a de garantir a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo identificar os aspectos positivos que ajudam no processo de alfabetização e letramento, bem como os desafios enfrentados pelos docentes durante o processo. Para isto, foi utilizada metodologia qualitativa através de levantamento bibliográfico, para discutir não visão de diferentes autores o processo de alfabetização e letramento. Os resultados indicaram que a alfabetização ainda precisa ultrapassar muitos obstáculos, evitando que os educandos saiam da escola e permaneçam como analfabetos funcionais.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Letramento; PNAIC; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

Nowadays, questions about Literacy and Literacy have been discussed in the educational field. Scholars have tried to find ways to facilitate the process, since, from childhood, reading is the first way to contact the literate world. The government, in turn, came to the conclusion that to contribute to the improvement of Education, it should create the National Pact for Literacy at the Right Age (PNAIC). One of the main ideas is to guarantee literacy in Portuguese and Mathematics, by the end of the 3rd year of elementary school. Thus, this research aimed to identify the positive aspects that help in the process of literacy and literacy, as well as the challenges faced by teachers during the process. For this, qualitative methodology was used through bibliographic survey, to discuss the different literacy and literacy process of different authors. The results indicated that literacy still needs to overcome many obstacles, preventing students from leaving school and remaining as functional illiterates.

KEYWORDS: Literacy; Literacy; PNAIC; Elementary School.

INTRODUÇÃO

O presente artigo teve por objetivo pesquisar historicamente sobre o tema Alfabetização, bem como a sua concepção nos dias atuais.

Atualmente as exigências que a sociedade tem trazido para dentro da escola, e em especial, no caso de Língua Portuguesa, a discussão sobre a alfabetização e letramento está relacionada à qualidade do ensino, a fim de desenvolver diferentes competências e habilidades nos educandos.

Cagliari relata que:

Ao longo do processo de invenção da escrita também incluiu a invenção de regras de alfabetização, ou seja, as regras que permitem ao leitor decifrar o que está escrito e saber como o sistema de escrita funciona para usá-lo apropriadamente (CAGLIARI, 1998 p. 15).

Assim, os indivíduos se emancipam, amadurecem e passam a conhecer o mundo letrado através da leitura e escrita. Nos dias atuais, na chamada sociedade do conhecimento, não basta decifrar os signos linguísticos; mas, reconhecer e atribuir sentido ao que se está lendo. A leitura e a escrita promovem a emancipação do ser humano em relação ao meio em que vive, facilitando a sua inclusão e participação na sociedade (SANTOS e ALBUQUERQUE, 2007).

Desta forma, pode-se dizer que as atividades humanas estão relacionadas direta ou indiretamente à linguagem:

Conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados (BAKHTIN, 1997, p. 262).

Comunicar-se verbalmente através de um gênero ou texto, desenvolve a linguagem não só nos aspectos formais e estruturais, mas também como os aspectos cognitivo, social e histórico.

Nesse caso, linguagem como um sistema simbólico básico pertencente a todos da sociedade. A aplicação de sistemas simbólicos é primordial no desenvolvimento dos processos mentais, pois, ao utilizar signos internos, os indivíduos acabam por se libertar do espaço, do tempo e da necessidade de interação concreta com os demais objetos (OLIVEIRA, 1997).

Na década de 1980, no Brasil, o domínio da leitura e a produção de textos tornou-se o principal foco a ser trabalhado nas escolas. Antes disso, a prioridade era a análise linguística e o estudo da gramática:

Começa-se a tomar o texto como suporte para o desenvolvimento de estratégias e habilidades de leitura redação. Tem o lugar o ensinamento de procedimentos numa abordagem cognitiva e textual. A leitura do texto é ocasião que pode propiciar aprendizado de estratégias variadas que o leitor recorre e, na produção, são agenciadas estratégias de planejamento, revisão e editoração (SCHNEUWLY e DOLZ, 2004, p. 8).

Apesar disso, ainda ocorre certo fracasso atribuído às dificuldades voltadas para a leitura e escrita e a ineficiência por parte da escola em ensinar a ler e escrever, durante o processo de alfabetização, pois, não possibilita aos educandos utilizar a linguagem com a competência necessária.

Por isso, a presente pesquisa teve como objetivo discutir sobre a alfabetização e a sua importância no desenvolvimento da linguagem e no convívio em sociedade nos dias atuais.

DESENVOLVIMENTO

A Alfabetização

Ao se falar sobre Alfabetização, estamos discutindo sobre o processo de aprendizagem que envolve a habilidade de ler e

escrever. Já o Letramento vai um pouco além disso, pois, depende do primeiro e desenvolve o uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais:

Pode-se definir alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Noutras palavras, alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado "código" escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras (e ouras convenções) usadas para representá-la, a pauta, na escrita (VAL, 2006, p. 19).

Uma situação está relacionada a qualidade do domínio sobre a leitura e a escrita. O indivíduo alfabetizado é capaz de codificar e decodificar o sistema de escrita, enquanto que o indivíduo letrado vai mais além, pois, é capaz de dominar a língua no seu dia a dia, nos mais diferentes contextos.

No caso do Brasil, o processo de alfabetização se deu inicialmente com os jesuítas, que ensinavam os índios inclusive a ler e a escrever. Nas escolas, o método adotado pelos jesuítas parece que está presente nos dias atuais, uma vez que existem professores que ainda ensinam de forma padronizada e mecânica, contribuindo para a grande defasagem observada na formação das crianças do Ensino Fundamental.

Soares discute sobre o problema na área da alfabetização, ao relacionar a alfabetização com o conceito de letramento, levando à perda da sua especificidade:

[...] no Brasil a discussão do letramento surge sempre enraizada no conceito de alfabetização, o que tem levado, apesar da diferenciação sempre proposta na produção acadêmica, a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos, com prevalência do conceito de letramento, [...] o que tem conduzido a um certo apagamento da alfabetização que, talvez com algum exagero, denomino desinvenção da alfabetização [...] (SOARES, 2003, p.8).

O autor discute ainda que é possível perceber que a alfabetização faz parte da leitura de mundo, pois, é um processo que acontece antes, durante e depois do período de permanência na escola. O indivíduo leva esses conhecimentos por toda a vida, pois, desenvolvendo diferentes competências e habilidades relacionadas à leitura e a escrita, que influenciará sua vida para sempre, seja no pessoal, no social, no profissional, entre outras situações.

Ainda em relação ao processo de alfabetização:

A alfabetização é um processo que, ainda que se inicie formalmente na escola, começa de fato, antes de a criança chegar à escola, através das diversas leituras que vai fazendo do mundo que a cerca, desde o momento em que nasce e, apesar de se consolidar nas quatro primeiras séries, continua pela vida afora. Este processo continua apesar da escola, fora da escola paralelamente à escola (PEREZ, 2002, p. 66).

.Assim, é possível observar que a alfabetização está em boa parte relacionada à aprendizagem dos gêneros textuais, sendo que a alfabetização e o letramento são processos que acontecem antes, durante e depois do período escolar, ou seja, as duas vertentes tem por função apropriar o educando de habilidades que o levem a ler e escrever, sendo que uma das possibilidades de desen-

volver esse tipo de competência seja através da utilização de gêneros textuais em sala de aula.

Problemas na Alfabetização

É possível notar que a Alfabetização é um processo em que o indivíduo se apropria do código linguístico, desenvolvendo a leitura e a escrita. No caso do letramento, é preciso ter uma boa base alfabética, conseguindo argumentar, redigir, interpretar e organizar os pensamentos através do uso da língua.

Por isso, um dos maiores problemas enfrentados atualmente no caso do Brasil, tem sido o que chamamos de analfabetismo funcional. Este é definido como a falta de capacidade de entender, compreender textos, incluindo operações matemáticas e de organizar suas próprias ideias ao se expressar. O indivíduo considerado analfabeto funcional não necessariamente é aquele que não sabe ler e escrever, mas aquele que apresenta dificuldades em comunicar-se (LEITE, 2016).

Geralmente, o indivíduo sabe ler, contar, escrever frases simples, mas não é capaz de interpretar textos ou transpor suas ideias. Nos dias atuais, existem diferentes conceitos para classificar o tipo de analfabetismo funcional. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o analfabeto funcional é aquele que apresenta menos de quatro anos de escolaridade completa. São pessoas que frequentam ou frequentaram a escola, e mesmo tendo sido alfabetizadas não conseguem compreender textos curtos.

A falta de habilidade da leitura compreensiva, da escrita e do cálculo remete a diversas consequências como a queda de produtividade nas empresas, pois, o indivíduo sente dificuldade em compreender avisos de perigo, instruções de higiene e de segurança do trabalho, bem como manuais e orientações, normas técnicas e outros procedimentos normais de trabalho (BOTELHO, 2007).

Isso pode ser resultado da última década, que praticamente universalizou o acesso ao Ensino Fundamental, reduzindo a taxa de analfabetismo, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para o órgão a taxa de analfabetismo funcional diminuiu de 24%, em 2004, para 20% em 2009, na população com mais de 15 anos de idade.

Assim, Leite e Cadei (2016), discutem que é necessário resolve essa situação através da educação, além de, alfabetizar com uma melhor qualidade nas escolas. Por isso, a discussão é sobre qualidade e não quantidade. Infelizmente, o resultado disso aqui no Brasil, é a quantidade enorme de analfabetos funcionais com diploma que andam por aí. O indivíduo de antigamente tinha bem menos acesso as informações e conhecimento, quando comparado aos dias atuais, mas apresentava maior capacidade de raciocínio.

A sociedade do conhecimento trouxe em diferentes aspectos, a facilidade de acesso às informações, o que pode justificar a enorme dificuldade que estes jovens têm em apresentar esse conhecimento de forma lógica, coerente e concisa através da linguagem verbal, oral ou escrita.

Dados da Declaração Mundial sobre Educação para todos revelam que, cerca de 960 milhões de adultos são analfabetos, sendo que mais de 1/3 dos adultos não tem acesso ao conhecimento impresso e às novas tecnologias. O analfabetismo funcional é um problema sério em países industria-

lizados e em desenvolvimento. No caso do Brasil, 68% são considerados analfabetos funcionais e 7% considerados analfabetos absolutos, sem apresentar qualquer competência e habilidade para a leitura e a escrita. Ou seja, somente um em cada quatro brasileiros consegue ler e escrever de forma correta, além de utilizar essas habilidades para continuar aprendendo.

Assim, segundo Leite e Cadei (2016), o analfabetismo funcional é silencioso, pois, muitas vezes na sala de aula esses educandos passam despercebidos trazendo prejuízos a ele e a sociedade. Isso desestimula a criança que está na escola, resultando inclusive em indisciplina, além de reduzir suas chances futuras de ingressar no mercado de trabalho, e se relacionar com as outras pessoas. Elas sabem ler, escrever e contar; mas não conseguem compreender a palavra escrita.

A escola, também promove aprendizagens tradicionais que infelizmente não são capazes de atingir as expectativas do Letramento. As metodologias relacionadas à leitura e a produção de textos envolvendo o letramento, não se adequaria as expectativas da sociedade, como o desenvolvimento socioeconômico-cultural ao conviver com outros indivíduos, já que os contextos onde a escrita está presente são muito mais complexos.

Portanto, o ensino tradicional da Alfabetização e Letramento em que se aprende a decifração de um código para na sequência ler de forma efetiva, não assegura a formação de leitores e escritores eficazes (ALBUQUERQUE, 2007).

O resgate da Alfabetização e do Letramento

Uma das questões que se tornou um divisor de águas na área da educação, foi a migração da Escola Tradicional para a Escola Nova. Com o surgimento desta, vários foram os questionamentos relacionados às práticas pedagógicas. Atualmente, reconhece-se a importância de se usar algumas práticas da escola tradicional, que são entendidas como atividades fundamentais para o desenvolvimento alfabético.

Ainda Soares (2007), explicita que ocorreram alguns equívocos quanto ao construtivismo, sendo estes percebidos e ajustados, e diversos aspectos da escola nova foram compreendidos como essenciais. Por isso, não se pode afirmar que uma prática é absolutamente certa em detrimento de outra, só porque ela está fundamentada em uma ou em outra concepção, mas, sim, devemos avaliar quais são as suas contribuições no processo educativo e quais poderão ser utilizadas para se atingir os objetivos propostos, ou seja: uma alfabetização significativa.

Assim, é essencial que a escola e principalmente o docente, resgate o significado verdadeiro da alfabetização e delinear corretamente o conceito de letramento, pois os dois devem acontecer de maneira inter-relacionada. Uma prática educativa construtiva deve aliar alfabetização e letramento, sem perder a especificidade em cada um desses processos, mantendo a relação entre o conteúdo e a prática e que, tenha como principal objetivo formar um indivíduo leitor e escritor.

O resultado da prova de leitura do PISA do ano de 2009, por exemplo, trouxe a metade dos educandos avaliados com nota de proficiência 2. Sabe-se que o processo de alfabetização e letramento não é fácil, e que existem inúmeros desafios a serem ultrapassados, mas com esse resultado, fica claro que o problema observado neste resul-

tado não é apenas o da alfabetização, mas também de interpretação e raciocínio, o que pode indicar ausência de letramento na alfabetização desses educandos.

Por isso, é essencial que o docente alfabetize de forma correta, cuidando para não privilegiar demais um ou outro processo (alfabetização x letramento), entendendo que eles são processos diferentes, mas, indissociáveis e ao mesmo tempo devem ocorrer de forma simultânea:

Entretanto, o que lamentavelmente parece estar ocorrendo atualmente é que a percepção que se começa a ter, de que, se as crianças estão sendo, de certa forma, letradas na escola, não estão sendo alfabetizadas, parece estar conduzindo à solução de um retorno à alfabetização como processo autônomo, independente do letramento e anterior a ele (SOARES, 2003, p.11).

Destaca-se, portanto, a importância do trabalho docente dentro desse processo. Ele deve criar ações e condições a fim de promover a construção do pensamento crítico tanto em relação ao seu trabalho quanto no que quer atingir com seus alunos. O processo de letramento se torna uma forma de entender a si e aos outros, desenvolvendo a capacidade de questionar com fundamento, intervindo no mundo a sua volta e combatendo situações de opressão (FREIRE, 1996).

Assim: “Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade” (TFOUNI, 1995 apud MORAES, 2005, p.4).

Ou seja, o letramento vai muito além do ler e escrever, pois o mesmo tem uma função social, enquanto que a aquisição do alfabeto encarrega-se de preparar o educando para a leitura e um maior desenvolvimento de letramento do mesmo. Nessa perspectiva, a alfabetização e o letramento devem caminhar juntas, pois, se completam e enriquecem o desenvolvimento do educando. Na escola e no contexto que nos encontramos hoje, o ato de alfabetizar letrando é mais que uma prática necessária, pois, só assim podemos atingir a tão sonhada educação de qualidade e utilizar uma metodologia de ensino, em que os educandos não sejam apenas um depósito de conhecimentos (como ocorria até então na escola tradicional), mas que venham a se tornar seres pensantes, críticos e transformadores da sociedade em que vivem.

Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

Nas décadas de 1970 e 80 a escolarização vinha marcada por altos índices de repetência e evasão, o que acabou provocando uma revisão do projeto educacional no Brasil, a fim de repensar na qualidade do ensino colocando em prática uma educação voltada às diferentes necessidades: sociais, políticas, econômicas e culturais da época, considerando os interesses e as motivações dos estudantes e garantindo aprendizagens contribuindo para a formação de cidadãos autônomos, críticos e atuantes (BRASIL, 1997, p.24).

Após discussões entre o governo, pesquisadores e educadores, chegou-se à conclusão de que uma das formas de contribuir para a melhoria da Educação, voltado para a alfabetização e o letramento seria a criação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Em julho de 2012, Aloízio Mercadante,

então Ministro da Educação, no uso de suas atribuições redimensionou o Ensino Fundamental de Nove Anos, a partir da Portaria nº 867/2012.

Assim, o Artigo 5º discute sobre o processo de Alfabetização indicando que é preciso: I - Garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental; II - Reduzir a distorção idade-série existente na Educação Básica; III - Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); IV - Contribuir para o aperfeiçoamento e a formação de professores alfabetizadores; e V - Construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

Quanto ao Governo Federal, Estados e Municípios, devem comprometer-se a garantir a:

I. Alfabetização de todas as crianças em Língua Portuguesa e em Matemática; II. Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo Inep, junto aos estudantes concluintes do 3º ano do ensino fundamental; III. No caso dos Estados, apoiar os municípios que tenham aderido às ações do Pacto, para sua efetiva implementação (BRASIL, s.d., p.11).

A concepção de alfabetização está voltada para inserir os educandos em práticas sociais, favorecendo a apropriação do sistema alfabético de escrita através de atividades lúdicas e reflexivas:

O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem (BRASIL, 1997, p.24).

O PNAIC teve por objetivo de alfabetizar as crianças tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática no máximo até o 3º ano do Ensino Fundamental nas escolas municipais e estaduais brasileiras. Essa problemática abrange no inciso II do artigo 2º do decreto nº 6.094/2007 em que os Estados e municípios devem: “Alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico” (BRASIL, 2007).

Assim, a partir do PNAIC, a formação do docente alfabetizador tornou-se prioridade, uma vez que depende em muito dele o sucesso da alfabetização e o desenvolvimento dos educandos. Porém, muitas crianças concluem o Ensino Fundamental sem estarem plenamente alfabetizados. Problemas na alfabetização e no letramento podem comprometer gravemente o futuro da criança e, consequentemente, do país (BRASIL, 2007, p.6).

Além disso, estudiosos tem feito críticas quanto à implementação do PNAIC, no caso de São Paulo, pois a concepção na formação de docentes alfabetizadores revela-se ultrapassada. Diversos autores discutem que o PNAIC tem servido de expressão do modelo de Estado regulador, pois a formação dos professores alfabetizadores está mais relacionada à regulamentação de práticas do que propriamente a parte pedagógica.

Embora o PNAIC tenha iniciado uma reflexão a respeito dos processos de alfabetização e letramento através de material acessível, ocorreram situações que complicaram a implementação do Programa, como: o atraso na entrega de materiais; a não inclusão de diretores e coordenadores pedagógicos durante a formação; a pequena mobilização dos educadores cursistas, entre outros (LEITE e CADEI, 2016).

Souza e Moraes (2011) discute que as experiências do docente também influenciam no processo de alfabetização. O docente que aprecia a leitura tem maiores condições de despertar nas crianças o gosto e o prazer pela mesma. É importante que ele conheça a literatura infantil bem como o que pretende que elas aprendam:

O domínio da leitura é uma experiência tão importante na vida da criança, que determina o modo como ela irá perceber a escola e a aprendizagem em geral. Em decorrência disso, o esforço despendido pela criança no reconhecimento de letras e palavras precisa aliar-se a certeza de que será compensado pela leitura de textos altamente estimulantes. (SARAIVA, 2001, p.80).

Assim, a docência na alfabetização e letramento requer do docente o domínio de conhecimentos sobre todo o processo. O educando, portanto, deve ser desafiado a construir a sua apropriação sobre a escrita, através da análise, da comparação e da relação que ele estabelece entre os mais variados elementos que constituem a linguagem escrita.

Como já dito, o atual cenário educacional brasileiro apresenta ainda grandes desafios. Especialmente, no que diz respeito a alfabetização e ao letramento, é necessário dentre outras medidas a capacitação continuada do docente alfabetizador. O trabalho realizado no processo de alfabetização constitui-se em uma ação complexa. Tanto os livros didáticos como a prática dos professores alfabetizadores, ainda não trazem clareza:

Alfabetização e letramento são, pois, processos distintos, de natureza essencialmente diferente; entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis. A alfabetização - a aquisição da tecnologia da escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, isto é, para a participação em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter um certo nível de letramento: não tendo adquirido a tecnologia da escrita, além disso, na concepção psicogenética de alfabetização que vigora atualmente, a tecnologia da escrita é aprendida não, como em concepções anteriores, com textos artificialmente para a aquisição das "técnicas" de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, apud RIBEIRO, 2003, p. 92).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação no Brasil, tem passado por diferentes problemas nos dias atuais, podendo-se destacar a falta de qualidade durante o processo de alfabetização e letramento, havendo a necessidade de novos olhares e práticas transformadoras. Logo, a educação nas séries iniciais, compreende justamente com o período de início da alfabetização, sendo, portanto o alicerce de todo o desenvolvimento do educando que ocorrerá depois, pois, é a partir daí que ele conseguirá acompanhar

a aprendizagem em outras disciplinas, bem como socializar em grupo com seus colegas e com o ambiente em que vive, necessitando assim de uma atenção especial por parte do docente.

Além disso, os docentes que trabalham com a alfabetização precisam estar habilitados, e sempre buscar novos conhecimentos, a fim de se tornarem competentes, criativos e cientes da sua responsabilidade enquanto formadores de sujeitos intelectuais e cidadãos comprometidos com uma transformação social.

No processo de Alfabetização, é necessário que o docente utilize e articule atividades que contemplem o que é exigido no Currículo, com o caderno de apoio, o livro didático e o paradidático, pensando nas atividades que serão desenvolvidas a fim de contemplar não só o processo de alfabetização, mas também outras competências e habilidades que se fazem necessárias para que os educandos se desenvolvam de forma plena.

Por isso, uma prática pedagógica que leve as crianças a desenvolver a linguagem, o cognitivo, a leitura e a escrita, facilitará não só o processo de alfabetização, mas também desenvolverá diferentes competências e habilidades até então não desenvolvidas ou atingidas nos educandos. Infelizmente, sabemos que atualmente, apesar da dedicação dos educadores, muitos de nossos educandos ainda saem da escola com certa dificuldade em perceber o mundo que os cerca e de que qualquer prática social está diretamente relacionada a um determinado gênero textual, já que estes estão materializados nos textos que circulam socialmente, o que reforça a necessidade de uma alfabetização de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE. E. B. C. Conceituando alfabetização e letramento. 1 ed., 1 reimpressão. Belo Ho rizonte: Autêntica, 2007. 152 p. Disponível em: . Acesso em: 01 dez. 2020.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Os gêneros do discurso. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOTELHO, A. Sequências de uma sociologia política brasileira. DADOS Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007, vol. 50, no 1, pp. 49-82.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto 6.094/2007. Alfabetização na idade certa. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em: 01 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CAGLIARI, L.C. Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu: Pensamento e Ação no Magistério. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 1998.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a uma prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEITE, F.R.; CADEI, M.M.S. Analfabetismo Funcional: uma realidade preocupante. Revista Científica do Instituto Ideia. RJ, nº 01, Abril – Setembro de 2016.

MORAES, M.G. Alfabetização – Leitura do Mundo, Leitura da Palavra – E Letramento: algumas Aproximações, 2005. Disponível em: . Acesso em: 30 nov. 2020.

OLIVEIRA, M.K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-